

## Os desafios do acesso e da permanência no ensino superior: experiências de uma universidade comunitária

Sirlei de Souza<sup>1</sup>, Fernanda Brandão Lapa<sup>2</sup>, Daniela Mafra<sup>3</sup>

Eixo temático: Permanência e Fidelização na Educação Superior

**Resumo:** Ao longo do tempo, houve significativa expansão do ensino superior no Brasil, com o aumento do número de instituições de ensino superior (IES). Surgiram diversas políticas de democratização e incentivo, garantindo, assim, mais acesso a essa etapa da educação formal em nosso país. Com a entrada em larga escala nas IES, viu-se um crescente discurso de incentivo à formação continuada e de mais exigência no mercado de trabalho. Em contrapartida, o número de universitários que chegava ao ensino superior não era o mesmo que concluía os estudos. Apesar de todo o discurso de garantia de acesso, principalmente em relação às minorias existentes em nossa sociedade, com o passar do tempo não se constataram medidas eficazes para assegurar também a permanência dessa população, a qual repentinamente chegara ao ensino superior. Alguns autores têm apontado diversas problemáticas que perpassam pela educação superior e a permeiam, sobretudo quanto a políticas de acesso. O fato de oferecer ingresso nas IES não garante a permanência ali, com destaque aos discentes de baixa renda e de minorias étnicas. Assim, o presente artigo tem por objetivo central apresentar os marcos normativos que amparam e garantem o acesso ao ensino superior, apontando os reflexos da carência existente nas práticas de permanência e fidelização desses alunos, pautando na literatura existente as lacunas que impedem a eficácia na educação brasileira. Para isso, foram realizados um levantamento bibliográfico sobre a temática e, em seguida, uma pesquisa na Universidade da Região de Joinville (Univille), onde coletamos dados de práticas adotadas na busca de garantia de acesso e permanência desses estudantes, contando com uma equipe multidisciplinar e unindo setores fundamentais para se repensar o funcionamento do ensino superior, que, como sabemos, está muito além das questões de sala de aula.

**Palavras-chave:** educação superior; acesso e permanência; práticas educacionais.

### Introdução

Na última década, houve expansão considerável do ensino superior no Brasil, conforme dados do Censo Nacional de Educação (2006-2016) (INEP, 2016), que apontam crescimento da ordem de 63% no número total de matrículas em cursos de graduação e sequencial.

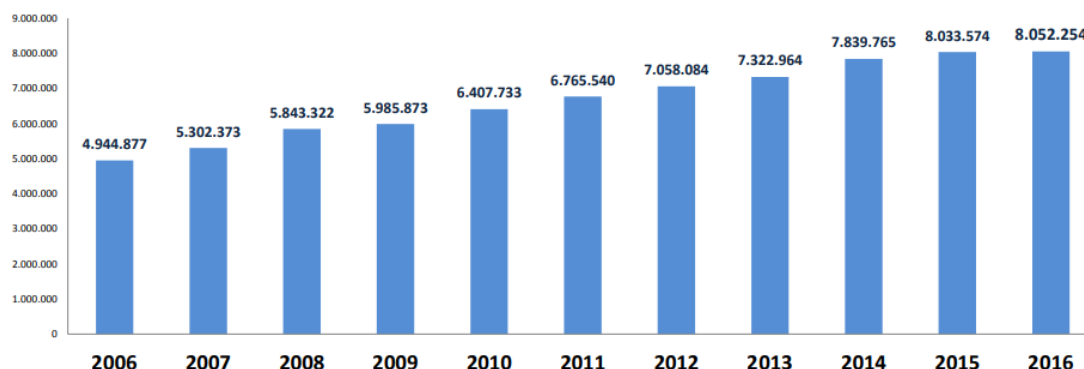
---

<sup>1</sup> Pró-Reitora de Ensino e professora adjunto da Universidade da Região de Joinville (Univille). Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* professorasirlei@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora de Direitos Humanos e coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da Univille. Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *E-mail:* flapa@iddh.org.br

<sup>3</sup> Tecnóloga em Processamento de Dados pela União de Tecnologia e Escolas de Santa Catarina (UTESC). Graduada em Ciências Jurídicas pela Univille. *E-mail:* danielamafra@hotmail.com.

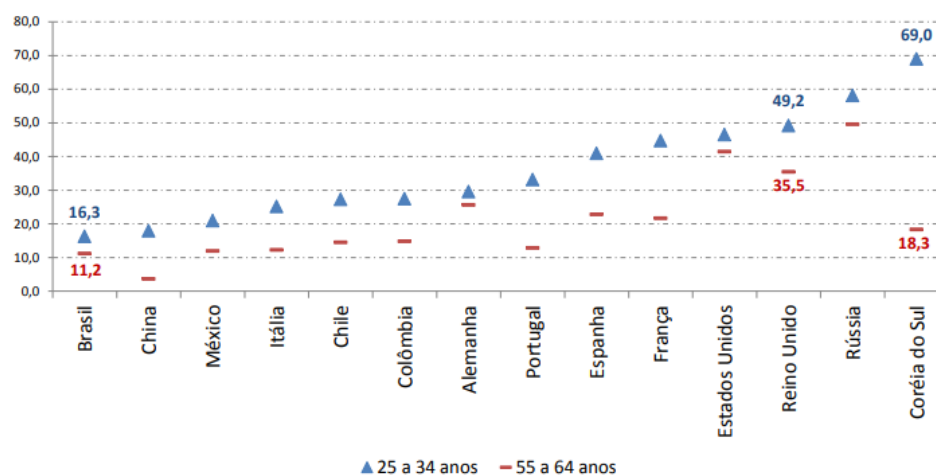
**Figura 1 – Número de matrículas em cursos de graduação e sequencial, Brasil, 2006-2016**



Fonte: INEP, 2016

No entanto, esses percentuais mostram que estamos longe do adequado se compararmos tais números aos índices internacionais de jovens matriculados no ensino superior. Em relação às Américas, ficamos abaixo de países como Chile, Colômbia e México.

**Figura 2 – Percentual da população com educação superior por faixa etária, contexto internacional, 2014**



Fonte: INEP, 2016

Mesmo muito longe do ideal, precisamos considerar que os indicadores nos mostram que por décadas o país se manteve estagnado no que dizia respeito às matrículas no ensino superior e que, se continuássemos avançando<sup>4</sup>, poderíamos ter perspectivas de caminhar rumo

<sup>4</sup> Em nossa avaliação, estagnamos novamente, conforme mostram os dados de matrículas de 2015 para 2016, quando houve aumento de apenas 0,2% (INEP, 2016). Entre outras causas, apontamos a crise político-econômica pela qual passa o Brasil e a diminuição no financiamento público para as matrículas no ensino superior nos últimos três anos.

a um desenvolvimento calcado em bases mais sólidas do que víamos percorrendo no último século.

Diante do aumento considerável do número de matrículas de estudantes no ensino superior, sobretudo de jovens oriundos de classes populares, surgem novos desafios que envolvem a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. Faz-se necessário conhecer essa nova personagem que adentrou no ensino superior nos últimos anos. A problemática relacionada à permanência precisa ser discutida à luz de questões como a origem social desse estudante e seu capital cultural, as condições materiais concretas de sua vida, as dificuldades acerca do sentimento de pertencimento, dos preconceitos e das discriminações que esse jovem sofre ao ingressar em um espaço que historicamente lhe foi negado.

### **Uma rápida aposta de futuro: as recentes políticas de incentivo à educação superior no Brasil (2003/2016)**

O Brasil experimentou recentemente, por curto período de tempo, uma política que tinha por objetivo aumentar os índices de matrículas e de permanência no ensino superior, possibilitando sobretudo o acesso das populações mais carentes à universidade:

Há três famílias de ações de inclusão no ensino superior (ES). A primeira é a política de cotas, ou política de ação afirmativa, que reserva vagas de Instituições de Ensino Superior (IES) para alunos de grupos desprivilegiados (seja por critério de raça ou social). A segunda é uma política de bolsas para alunos de grupos desprivilegiados, e a terceira, uma política de empréstimo para o pagamento das mensalidades em IES pagas (WAINER; MELGUIZO, 2018, p. 3).

Nosso objetivo com este breve estudo é demonstrar que tais políticas contribuíram, como já evidenciamos com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o considerável aumento das matrículas do ensino superior no país. Também ações como a oferta de vagas em educação a distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) somaram esforços para esses resultados. “Esse conjunto de ações retoma a meta de ampliar o acesso ao Ensino Superior para jovens de 18 a 24 anos, prevista no Plano Nacional de Educação de 2001” (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017, p. 3).

Temas como o acesso e a permanência de jovens carentes no ensino superior tendem a ser polêmicos, uma vez que permanecemos em uma sociedade autoritária e desigual, desigualdade essa historicamente sustentada pelo sistema econômico em que vivemos. Segundo Caregnato e Oliven (2017, p. 172), “políticas de ações afirmativas introduzidas

principalmente a partir dos anos 2000 têm oportunizado acesso à educação superior a camadas sociais historicamente sub-representadas nesse nível de ensino”. Para os autores, referindo-se ao Programa Universidade para Todos (ProUni) e ao Reuni<sup>5</sup>: “Com base nesses atos legais, pessoas provenientes de famílias com baixa renda que estudaram em escolas públicas aumentaram suas chances de continuar seus estudos em nível superior. Através desses dispositivos, especial atenção foi dada às populações negra e indígena”. (CAREGNATO; OLIVEN, 2017, p. 172).

Por outro lado, há a crítica de que essas medidas não deram conta de diminuir o abismo criado há muito tempo em relação à formação no ensino superior: “A inclusão dos segmentos marginalizados socialmente ainda não se concretizou no Brasil, em especial nos cursos de alta demanda, que conferem maior possibilidade de mobilidade social” (PAULA, 2017, p. 306). Paula (2017) traz à tona problemas relacionados a questões financeiras, que impedem que os alunos bolsistas ou cotistas concluam o curso superior, sobretudo aqueles de alta demanda, que exigem dedicação em tempo integral. Na perspectiva da autora, “as universidades federais estão estruturadas para contemplar o estudante proveniente das classes dominantes, que não necessita trabalhar e não o estudante-trabalhador e o trabalhador-estudante” (PAULA, 2017, p. 311).

Nosso objetivo neste estudo foi compreender como as universidades se prepararam para receber esse estudante, que muitas vezes chega com déficit de aprendizagem em razão da baixa qualidade da educação básica, ou ainda o estudante com necessidades especiais (sejam elas físicas, sejam cognitivas), especialmente uma universidade comunitária do norte de Santa Catarina, a Universidade da Região de Joinville (Univille). Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a referida instituição enfatiza “a importância da formação humanística, científica e profissional” e expressa a compreensão do “conhecimento sempre como possibilidade de discussão e diálogo para a formação inicial, integral e continuada de todos os sujeitos envolvidos nesse processo: estudantes, profissionais da educação, pessoal administrativo e comunidade externa” (UNIVILLE, 2016b). O PDI da Univille cita Morin (2004, p. 55), ao afirmar que “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (UNIVILLE, 2016b). Nesse sentido, a Univille entende “a importância de analisar e perceber os movimentos da sociedade e como vêm se configurando nos tempos atuais” (UNIVILLE, 2016c, p. 67).

---

<sup>5</sup> “essas políticas contemplaram tanto o setor privado, com o Programa Universidade para Todos (Prouni), aprovado pela Lei 11.096, de 2005”, quanto as instituições públicas federais de educação superior, com a Lei 12.711, de 2012, aqui referida como Lei de Cotas ou Lei de Reserva de Vagas”. (CAREGNATO, 2017, p. 172).

Para realizar o estudo aqui apresentado envolvendo questões associadas ao desafio do acesso e da permanência nessa instituição especificamente, pautamo-nos, para além dos documentos institucionais, nos relatórios de atividades dos anos de 2014, 2015 e 2016 disponíveis no *site* da Univille. Nossas reflexões são fruto também dos estudos desenvolvidos no Núcleo de Educação Jurídica e Direitos Humanos (NEJUDH), ligado ao Programa Institucional de Pesquisa em Direito (PIP), da Univille.

### **Os desafios da inclusão na univille: a força do relacionamento com o estudante**

A Univille é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão credenciada pelo Ministério da Educação em 14 de agosto de 1996 e mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj) (UNIVILLE, 2016b). Trata-se de uma universidade comunitária (instituída pela Portaria n.º 676, de 12 de novembro de 2014, com base na Lei n.º 12.881, de 12 de novembro de 2013) com mais de 50 anos de história no ensino superior na região norte catarinense. Em seu Estatuto, no artigo 5.º, diz: “A Univille tem como finalidade promover e apoiar a educação e a produção da ciência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a sólida formação humanística e profissional, objetivando a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (UNIVILLE, 2016a, p. 4). Reafirma seu compromisso social no artigo 7.º: “No cumprimento de suas finalidades, a Univille adotará os princípios de respeito à dignidade da pessoa e de seus direitos fundamentais, proscrevendo quaisquer tipos de preconceito ou discriminação” (UNIVILLE, 2016a, p. 5).

Também na Univille são grandes os desafios de manter o estudante, sejam bolsistas, sejam aqueles com dificuldades financeiras. Problemas de toda ordem fazem parte do percurso desse jovem, desde dificuldades em acompanhar os conteúdos muitas vezes por causa da não qualidade de seu ensino médio, outras vezes por causa do cansaço que lhe toma após horas de trabalho, ou ainda pelo estranhamento com o ambiente universitário. Diante disso, a universidade procura construir uma rede de apoio e acolhimento para que esse jovem possa romper as barreiras que historicamente lhe acompanham.

No que diz respeito às questões financeiras, observa-se no relatório de atividades do ano de 2014 que cerca de 45% dos discentes da Univille possuíam alguma forma de bolsa de estudo (UNIVILLE, 2015b, p. 69). Já em 2015, 35% tinham algum desconto na mensalidade (UNIVILLE, 2016c, p. 52), e, em 2016, esse percentual permaneceu em 35% (UNIVILLE, 2017, p. 76).

Para dar conta dos desafios do ambiente universitário do século XXI no que tange ao relacionamento com o estudante e que vão muito além das questões financeiras, a Univille

aprovou em 2015 a sua Política de Relacionamento com os Estudantes (UNIVILLE, 2015a), cujo objetivo é definir as diretrizes de relacionamento que devem ser seguidas por todos os profissionais que atuam na universidade. A política atinge todos os estudantes, inclusive estrangeiros, em qualquer nível de formação (educação infantil ao doutorado), em todas as atividades realizadas na universidade – de ensino, pesquisa e/ou extensão. Ainda, as diretrizes deixam claro que o relacionamento deve ser mantido também com os familiares dos estudantes, “pois a família tem necessidades, desejos e expectativas a serem identificadas e contribui para que possíveis adversidades da trajetória acadêmica do estudante sejam minimizadas” (UNIVILLE, 2016c, p. 172).

No entendimento da universidade, a responsabilidade pela efetivação da Política de Relacionamento com o Estudante é de todos os membros da comunidade acadêmica, no entanto há a “Central de Relacionamento com o Estudante (CRE) com o objetivo de oferecer aos estudantes, de forma integrada, serviços de acompanhamento psicológico e pedagógico, nivelamentos, bolsas de estudo, estágios e inclusão do estudante com necessidades especiais” (UNIVILLE, 2016b, p. 174). O propósito da CRE é o atendimento personalizado feito por profissionais com formação para atuar nas questões psicopedagógicas, psicológicas e de assistência social, e seu atendimento “busca fortalecer o sentimento de pertença institucional por parte do estudante e ampliar a sua percepção sobre a Instituição como um espaço social de construção do conhecimento e uma parceira para o seu sucesso acadêmico, profissional e pessoal” (UNIVILLE, 2016b, p. 174).

O relacionamento com o estudante na Univille é configurado por quatro macroprocessos: acolhimento, orientação, encaminhamento e resolução.

Esses macroprocessos permeiam todas as áreas e setores institucionais em qualquer tipo de intervenção que envolva os estudantes, e faz-se necessário que todos os envolvidos com o relacionamento com os estudantes conheçam, compartilhem e desenvolvam ações dentro das diretrizes que compõem a política (UNIVILLE, 2015a, p. 9).

A compreensão de cada uma dessas etapas permite que o atendimento possa ser realizado com a devida qualidade. Conforme a política da Univille, “o acolhimento dos estudantes requer postura receptiva, de verdadeiro interesse pela pessoa que procura os serviços, aberta para a obtenção de informações pertinentes as suas necessidades, comprometida com a efetividade na comunicação e com as ações subsequentes” (UNIVILLE, 2015a, p. 11).

Já o macroprocesso que se refere “a orientação caracteriza-se fundamentalmente pelo estabelecimento de uma relação de cooperação entre o estudante e quem o orienta”, e seus objetivos são:

Construir um conjunto de alternativas para a demanda estabelecida, oferecer subsídios para que o estudante compreenda os bônus e ônus de cada alternativa e que ele seja capaz de tomar as decisões que contribuam favoravelmente para o seu desenvolvimento e sucesso acadêmico, profissional e pessoal (UNIVILLE, 2015a, p. 12).

No que diz respeito ao macroprocesso encaminhamento, ele “pressupõe que o acolhimento e a orientação tenham sido suficientes para a compreensão profunda da natureza das questões apresentadas, bem como do suporte necessário para que o estudante tome decisões pertinentes ao que pretende solucionar” (UNIVILLE, 2015a, p. 13).

Já para o processo ser concluído, faz-se preciso a efetivação da resolução: “Após a compreensão do problema, surge a necessidade de elaboração de um plano que identifique as ações a serem realizadas e os procedimentos a serem adotados para que se caminhe na direção da resolução da demanda do estudante” (UNIVILLE, 2015a, p. 14). O objetivo é que “o estudante desenvolva a capacidade de aprender com as experiências vividas e de buscar respostas às questões que o inquietam, sejam elas educacionais ou da vida cotidiana” (UNIVILLE, 2015a, p. 14).

### **O projeto de acompanhamento de pessoas com necessidades especiais**

Quando se refere à proposta de inclusão, a Política de Relacionamento com o Estudante da Univille expressa o que chama de compromisso: “Considerarás diferenças individuais, mediando as necessidades especiais dos acadêmicos”, como forma de propiciar “o bom relacionamento com todos os estudantes e para o fortalecimento da educação inclusiva” (UNIVILLE, 2015a, p. 52).

Essas propostas destacam a dimensão do compromisso das [instituições de ensino superior] IES, que não se restringe a dar condições de acesso e permanência ao aluno com deficiência, mas que também deve preocupar-se com a preparação de profissionais que atuarão em uma sociedade inclusiva. Sendo assim, rompem-se paradigmas relacionados às pessoas com deficiência, pois o conhecimento possibilita o respeito à diversidade, desfazendo preconceitos (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018, p. 35).

Ainda segundo Garcia, Bacarin e Leonardo (2018, p. 35), “no ano de 2011 foi baixado o Decreto nº 7.611, em que são estabelecidas as garantias da continuidade dos estudos aos

alunos com necessidades educacionais especiais com todos os recursos que lhes forem necessários (didáticos e pedagógicos)”. Os autores chamam a atenção para o fato de a lei se referir a todos, “independente[mente] do nível, etapa ou modalidade de ensino em que se encontre” (GARCIA; BACARIN; LEONARDO, 2018, p. 35).

Com o objetivo de oferecer atendimento diferenciado aos alunos com necessidades educacionais especiais, a CRE da Univille desenvolveu um procedimento em que “faz o mapeamento dos matriculados, identifica as necessidades que apresentam, estejam elas voltadas à acessibilidade arquitetônica e/ou pedagógica” (UNIVILLE, 2016b, p. 176). Isso ocorre já no primeiro momento em que o estudante acessa a universidade. Em seguida, após a efetivação de sua matrícula, a CRE “promove reuniões com o Colegiado com o propósito de apresentar informações sobre a presença e as necessidades deles [os estudantes]” (UNIVILLE, 2016b, p. 176) e, caso seja preciso, “viabiliza a contratação de intérprete de [Língua Brasileira de Sinais] Libras e monitores para acompanhar os acadêmicos em suas atividades” (UNIVILLE, 2016b, p. 176).

Outro papel importante nesse processo é a realização de ações de sensibilização com a comunidade acadêmica. Como eixo central do projeto, está o assessoramento aos docentes e ao pessoal administrativo para que possam conduzir de forma adequada os atendimentos no dia a dia.

**Figura 3 – Fluxograma do protocolo de atendimento à pessoa com deficiência e/ou necessidade especial**



Fonte: Central de Relacionamento com Estudante, 2018

Os relatórios de atividades dos anos de 2014, 2015 e 2016 demonstram a quantidade de alunos com necessidades especiais matriculados e acompanhados pelo Apoio à Inclusão de



Pessoas com Necessidades Especiais (PROINES). Esse grupo específico totalizava 114 alunos no ano de 2014, 125 em 2015 e 106 em 2016<sup>6</sup>.

### **A experiência do acompanhamento psicopedagógico na Univille: acolhendo as dificuldades e rompendo limites de aprendizagem**

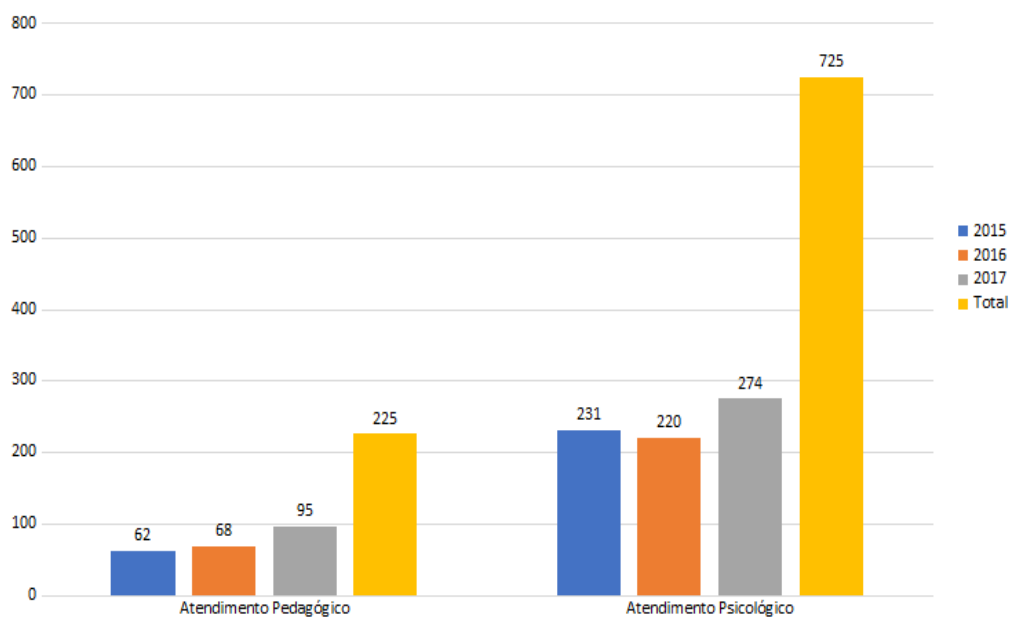
Faz-se mister ressaltar que a condição econômica do estudante impacta nas oportunidades que ele acaba tendo durante o ensino superior. Podemos destacar apenas a questão do tempo que ele poderá dedicar integralmente aos estudos e à vivência universitária. Para Zago (2006, p. 235), “não raro, às dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante”. O autor reflete que as angústias que tomam os estudantes no início de seu percurso universitário demonstram as incertezas da idade: “Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer” (ZAGO, 2006, p. 235). Tais incertezas carregam um estresse ligado à quantidade de tarefas acadêmicas e a seu horário para realizá-las. Por outro lado, os problemas enfrentados pelos alunos, segundo o autor, são “de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.). Refugiar-se no isolamento é a saída encontrada, como revelaram vários estudantes” (ZAGO, 2006, p. 235).

Sendo assim, o processo de acolhimento na entrada da universidade é uma das condições necessárias para a permanência do estudante na universidade. Esse acolhimento precisa ir além da busca por bolsas de estudo e empregabilidade; faz-se preciso contemplar demandas de cunho psicossocial, sobretudo com uma escuta qualificada para acolher as incertezas, dificuldades, limites e angústias desse jovem. “O acompanhamento psicológico e pedagógico [é oferecido] com o intuito de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, combatendo a evasão escolar e cooperando para o sucesso do estudante na vida acadêmica” (UNIVILLE, 2016b, p. 175). Nesse atendimento, “compreende-se o processo de orientação aos estudantes durante a sua permanência na Universidade, por meio dos conhecimentos da psicologia educacional e da orientação educacional” (UNIVILLE, 2016b, p. 175). Com esse serviço, é possível realizar diagnósticos das dificuldades relacionais e de aprendizagem e propor encaminhamentos.

---

<sup>6</sup> Ainda não há disponíveis na instituição indicadores que possam subsidiar uma análise do sucesso acadêmico desses estudantes e/ou suas colocações no mercado de trabalho após formados, tampouco uma pesquisa de satisfação com o atendimento oferecido.

**Figura 4 – Atendimentos da Central de Relacionamento com o Estudante da Universidade da Região de Joinville (Univille), período 2015 a 2017**



Fonte: Central de Relacionamento com o Estudante da Univille, 2018

De acordo com Lamers, Santos e Toassi (2017, p. 11), “o primeiro ano na universidade caracteriza-se como um período crítico, potencializador de crises e desafios, sendo determinante dos padrões de desenvolvimento do estudante ao longo de sua trajetória universitária”. Por isso, faz-se necessário que a instituição de ensino superior dê suporte que vá além do oferecimento de bolsas de estudo, de atendimento informativo e de acolhimento; é preciso oferecer oportunidades de aprendizagem para além da sala de aula, seja de nivelamento em conteúdos deficitários no ensino médio, seja de métodos de estudo e de inserção no mundo do conhecimento científico.

### **Considerações finais**

Percebe-se que a maioria das universidades brasileiras tem os desafios de acolher o diferente e promover a vivência das diferenças, por meio de uma comunicação que deixe evidente as diretrizes de acolhimento e os espaços de diálogo sobre questões que permeiam a vida acadêmica.

Este artigo buscou apresentar como a Univille tem tentado enfrentar esse desafio apontando para os limites de se fazer gestão universitária sem ter a produção de indicadores mais concretos, como, por exemplo, quantos dos bolsistas ProUni já se formaram e onde estão no mercado de trabalho, ou ainda quantos dos alunos que se declaram afrodescendentes conseguem permanecer na universidade e como lidam com situações de racismo e

discriminação. Tais indicadores poderiam subsidiar a gestão na definição de estratégias mais eficazes no acolhimento e no combate à evasão desses jovens.

Permanecem muitas questões relacionadas às dificuldades de construir espaços coletivos de diálogo em que as novas personagens que estão chegando à universidade possam expor suas angústias e suas mazelas e que encontrem no coletivo força e energia para sua jornada acadêmica. Ainda são muitas as inquietações referentes a essa temática, tanto para a universidade enquanto gestora da vida acadêmica quanto para as pesquisas que devemos desenvolver daqui para frente.

## Referências

CAREGNATO, C. E.; OLIVEN, A. C. Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade. **Educar em Revista**, v. 33, n. 64, p. 171-187, maio 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/47764/32183>>. Acesso em: 3 set. 2018.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 22, n. esp., p. 33-40, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572018000400033&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000400033&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 3 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/035>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Apresentação censo educação superior**. Brasil, 2016. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2016/apresentacao\\_censo\\_educacao\\_superior.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2016/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2018.

LAMERS, J. M. de S.; SANTOS, B. S. dos; TOASSI, R. F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982017000100108&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100108&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 3 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698154730>

PAULA, M. de F. C. de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, ago. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772017000200301&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200301&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200002>

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (Univille). **Estatuto da Univille**. Joinville: Univille, 2016a.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**. Joinville: Univille, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Política de relacionamento com os estudantes**. Joinville: Univille, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 2015**. Joinville: Univille, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 2016**. Joinville: Univille, 2016c.

\_\_\_\_\_. **Relatório de atividades 2017**. Joinville: Univille, 2017.

WAINER, J.; MELGUIZO, T. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022018000100305&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100305&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 3 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201612162807>

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 set. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000200003>